



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades
Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social

ESTUDOS SOBRE FEMINISMOS E SEXUALIDADES: uma análise das
Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade de Brasília

VALDENIZIA BENTO PEIXOTO ¹
ANA LUIZA ROSENBAUM BIANCHETTI ²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar dissertações e teses referentes às temáticas de feminismos e sexualidades, do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB), entre os anos de 2010 a 2020. Foi realizada uma busca no Repositório da UnB, tendo os seguintes elementos de análise: título, resumo, palavras-chaves, sumário e referências bibliográficas. A análise dos dados foi orientada por bibliografias de autoras do feminismo marxista. Como resultado, observou-se um baixo percentual de produções relacionadas às temáticas propostas e apontou-se a necessidade de reforçar essa temática no ensino e na pesquisa em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVES: Feminismos; Sexualidades;
Serviço Social

RESUMEN

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasilia

2 Estudante de Graduação. Universidade De Brasilia

El objetivo de esta investigación es analizar disertaciones y tesis relacionadas con las temáticas de feminismos y sexualidades, del Programa de Posgrado em Política Social (PPGPS) de la Universidad de Brasilia (UnB), entre 2010 y 2020. Fue realizado una búsqueda en el Repositorio de la UnB, con las siguientes elementos de análisis: título, resumen, palabras clave, resumen y referencias bibliográficas. El análisis de los datos se guió por bibliografías de autoras feministas marxistas. Como resultado, se observó un bajo porcentaje de producciones relacionadas con los temas propuestos y se señaló la necesidad de reforzar este tema en la enseñanza y la investigación en Trabajo Social.

PALABRAS-CLAVES: Feminismos; Sexualidades; Trabajo Social

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de pesquisa as produções acadêmicas referentes às temáticas de feminismos e/ou sexualidades, do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB), na temporalidade entre os anos de 2010 a 2020. Portanto os objetivos são: analisar as Teses e Dissertações do PPGPS de modo a selecionar aquelas que versam sobre as temáticas propostas; realizar estudo sócio-histórico das temáticas e sua relação com o Serviço Social; realizar breve aprofundamento teórico das principais categorias e conceitos utilizados nas produções; construir gráficos para sistematizar os dados encontrados.

Compreender os conteúdos que envolvem os estudos feministas e de sexualidades, a partir de uma perspectiva das teorias críticas, ou seja,

anticapitalista, antirracista e antipatriarcal é para o Serviço Social um método de análise inequívoco e, portanto, orientador na formação acadêmica e na direção ético-política do projeto profissional. Ao longo dos últimos 20 anos, a profissão de Serviço Social, por meio de suas entidades representativas, quais sejam, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), vem se dedicando a apresentar à categoria profissional e estudantil subsídios teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que orientem uma prática profissional e uma formação acadêmica atenta aos desafios provocados por uma sociedade marcadamente machista, sexista, classista e racista.

Analisar as produções acadêmicas no tocante às teorias feministas e de sexualidades do PPGPS da UnB faz-se importante para compreender o contexto dessas produções, sua representatividade dentro da totalidade de pesquisas e quais os principais conceitos, autoras/es e categorias da área estão sendo utilizadas, além de fornecer subsídios para atuação profissional. Importante destacar que pesquisas que versam sobre tais questões sofreram perseguições, especialmente diante do avanço conservador com o Governo do Presidente Jair Bolsonaro (PL), além do desfinanciamento para pesquisa, influenciando negativamente a difusão e aprofundamento dessas temáticas nos Programas de Pós- Graduação de Mestrado e Doutorado.

Portanto, coletar, sistematizar e evidenciar estudos feministas e de sexualidade faz-se tão necessário como urgente para o Serviço Social, uma vez que o exercício da profissão incide na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas sociais que garantem os direitos sociais da população, e no caso do tema aqui proposto, no direito de mulheres e da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais identidades (LGBTI+).

Para fins de realização da pesquisa, a metodologia utilizada foi de buscar as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), relacionadas a feminismos e/ou sexualidades, publicadas entre os anos

de 2010 a 2020. A escolha desse período foi motivada por ter sido no ano de 2010 que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) cria os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), sendo um deles relacionado às relações sociais de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades e Serviço Social, o que poderia possibilitar um investimento maior de pesquisa e estudos na área. A justificativa para pesquisa ir até o ano de 2020, deve-se ao fato desta ter iniciado em 2021, portanto, optamos por pesquisar até o ano imediatamente anterior.

A busca das produções foi realizada no site do Repositório da Universidade de Brasília³, tendo os seguintes elementos analisados: título, resumo, palavras-chaves, sumário e referências bibliográficas. Após selecionar essas produções acadêmicas, passou-se à análise das mesmas, orientada por uma revisão bibliográfica multidisciplinar que permitiu a compreensão dos conceitos de gênero, sexo, masculinidades, sexualidades e serviço social, além do estudo de categorias fundantes do feminismo, tais como relações patriarcais de gênero, relações sociais de sexo, heterocispatariado, dentre outras. A aproximação com tais categorias se deu pela pesquisa bibliográfica junto às teóricas feministas marxistas, de origem francófonas (Jules Falquet, Colette Guillaumin, Dàniele Kergoat), e também em diálogo com as pesquisadoras brasileiras (Mirla Cisne, Verônica Ferreira, Maria Betânia Ávila). O debate dessas autoras aponta o cisheteropatriarcado como um sistema de apropriação do corpo, do tempo e do comportamento das mulheres, em que estas ficam sujeitas ao projeto de poder e dominação dos homens de modo tão natural quanto necessário para a produção e reprodução da sociedade classista. Assim se constituem as relações sociais de sexo, em que as classes permanecem numa contínua disputa entre opressor e dominador (classe dos homens) e dominadas (classe das mulheres), (GUILLAUMIN, 2014).

Com relação ao levantamento dos dados, em razão da busca se realizar no site do Repositório da UNB, optou-se por seguir estritamente os dados como estão postos neste endereço, ou seja, obedecendo a data de publicação da produção contida no repositório entre os anos de 2010 a 2020. É possível perceber algumas

³Site Repositório UNB: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/571>.

problemáticas neste sistema, tal como a diferença do tempo entre a defesa da produção acadêmica e a sua publicação, algumas sendo publicadas vários anos depois de sua apresentação para banca. Também há algumas produções acadêmicas que foram postadas incompletas no dispositivo, o que prejudica, de certa forma, a coleta de informações.

2. DESENVOLVIMENTO

O ano de 1993 foi um marco para a história do Serviço Social, tendo sido aprovado, em março, o Código de Ética do/a Assistente Social e, em junho, a Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão de Assistente Social. No entanto, essas mudanças na profissão tiveram início anteriormente, tendo também como marco o Congresso da Virada, III CBAS, realizado em setembro de 1979, em São Paulo. Esse Congresso, que completou 40 anos em 2019, constituiu um processo de renovação do Serviço Social e de uma nova matriz para a organização política da categoria.

Construía-se assim um projeto profissional contra hegemônico ao sistema vigente, tendo como alguns princípios fundamentais: defesa intransigente dos direitos humanos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; e exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

As entidades representativas do Serviço Social, CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO passam "a incorporar temáticas sintonizadas com as lutas de sujeitos políticos que vêm enfrentando historicamente o conservadorismo e múltiplas formas de violências e violações de direitos" (CISNE; SANTOS, 2018, p.149). Ademais, três Resoluções do CFESS ganham destaque no avanço da luta pelos Direitos Humanos

e pela garantia da diversidade, são elas: a Resolução nº 489, do ano de 2006, a qual estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional; a Resolução nº 615, do ano de 2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional; e, posteriormente, a Resolução nº 845, do ano de 2018, que dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.

Em consonância com esses avanços no interior da profissão, o cenário externo a ela também caminhava favoravelmente à consolidação dos direitos de grupos histórico e socialmente postos à margem das relações de sociabilidade impostas pela lógica do capital, que também é racista e misógina. Símbolo desses avanços, fruto da aliança entre o movimento, até então, LGBT (a abreviação passa a se estender, de modo a agregar mais formas identitárias em seu significado) e o Estado, foi o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) instaurado no ano de 2004, o qual visava um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT.

Em 2008, o Governo do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, realizou em Brasília a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Contando com ampla participação popular, essa Conferência destacou o Brasil como o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática, a qual ficou reconhecida como “marco histórico na luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da população LGBT, a Conferência teve como tema ‘Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais’, sendo precedida de conferências estaduais em todas as unidades da federação e incontáveis reuniões preparatórias de âmbito municipal ou regional.”⁴

⁴Informação disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBissexuaisTravestiseTransexuaisGLBT.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

Ainda, diversos avanços podem ser destacados ao longo desse período, como foi abordado na obra de PEREIRA (2016), como, por exemplo, o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Transexuais, em 2009; a instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais, em 2010; a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia, também em 2010; a criação do Disque 100 – Direitos Humanos, em 2011; a garantia do nome social de pessoas trans no ENEM e a portaria do processo transexualizador do Ministério da Saúde, dentre outros.

No entanto, o cenário político, econômico e social no Brasil passa a vivenciar uma mudança drástica a partir do ano de 2016, que se solidifica ainda mais com a deposição da até então Presidenta Dilma Rousseff, pelo golpe político-jurídico ministrado por seu Vice-Presidente, Michel Temer e outros parlamentares alinhado a ele. Ao assumir interinamente a Presidência da República, em 12 de maio de 2016, Michel Temer deu posse a um verdadeiro “machistério” monocromático: todos os 24 ministros eram homens e brancos. Desde 1979, não se conhecia no Brasil um governo exclusivamente masculino (GONÇALVES; ABREU, 2018, p.764).

Esse cenário é ainda agravado a partir de 2018, com a eleição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual o Plano de Governo consistiu em um slide contendo apenas 11 páginas, sem ser feita qualquer menção relacionada aos direitos das mulheres, da população negra, indígena ou LGBTI+. Os dois primeiros anos de seu mandato já foram suficientes para tentar desmontar o aparato de acesso ao aborto legal, cenário esse que foi ainda agravado pela pandemia de COVID-19, que devido à sua má gestão provocou a morte de milhares de pessoas no país.

Guiado pelo fundamentalismo religioso, pelo conservadorismo e pelo ódio às mulheres, à população LGBTI+, à população negra e indígena, além de um desprezo profundo pela questão ambiental no país, Bolsonaro segue cometendo atrocidades, como vemos atualmente o desmantelamento das políticas criadas nos governos anteriores, além do desfinanciamento das mesmas e do emprego dos recursos em programas absolutamente violadores das liberdades e dos direitos humanos (BIANCHETTI, et. al., 2022).

Serviço Social, Feminismos e Sexualidades

Ao se pautar por um projeto ético-político contra-hegemônico, o Serviço Social se destaca por ser uma das poucas profissões com um direcionamento político para uma nova ordem societária, contrária ao sistema cisheteropatriarcal, racista e classista que opera atualmente. Desde o Movimento de Reconceitualização (NETTO, 2001), a direção política da profissão construiu uma contraposição à sua gênese, até então marcada por forte influência da Igreja Católica, associada à caridade, à benemerência e à moral cristã.

No entanto, ambas as temáticas, tanto feminismos, quanto sexualidades, como já visto anteriormente, passam a ser incorporadas com maior ênfase tempos depois, o que endossa um contínuo processo de renovação da profissão, cada qual com suas particularidades, apesar de também apresentarem diversas semelhanças, como expressam CISNE e SANTOS (2018),

De forma sintética, o feminismo é fundamental para o processo de renovação profissional, na medida em que não apenas luta pela reversão da subalternidade historicamente conferida às mulheres que também se expressa nas profissões consideradas femininas, mas, também, por ser uma práxis que contribui diretamente com as lutas contra todas as formas de opressão, hierarquias e explorações. (CISNE e SANTOS, 2018, p.161)

Reconhecer a presença predominante de mulheres na categoria profissional e também em seu público alvo diz muito sobre as condições sócio-históricas que determinaram essas relações e de sua importância dentro do Serviço Social.

Por fim, algumas reflexões precisam ser cuidadosamente tecidas sobre o fenômeno da marca “feminina” da profissão. Não é por ser composta por mulheres, mas por ser considerada feminina que a profissão é subalternizada socialmente. Em outras palavras, o problema é estar inserida na divisão social e sexual do trabalho sendo considerada uma profissão de mulheres. Uma profissão associada ao “cuidado” (como nos consideram no senso comum), situada no âmbito da reprodução social e que sofre com o desprestígio social. (CISNE e SANTOS, 2018, p. 158)

A produção de conhecimento em relação às temáticas, dentro do Serviço Social, ganha destaque na década de 2000. Apesar de todo o avanço teórico já realizado, fundamentado pelas epistemologias de base feministas e dos estudos de

diversidade sexual e/ou sexualidades, o reconhecimento da produção teórica, especialmente se ela for feminista afrolatinoamericana, como expõe Lélia Gonzalez (2020), ainda é muito baixo, diante da imposição e regulação da produção de conhecimento eurocêntrico.

Desse modo, pesquisar essas temáticas faz-se tão importante como urgente para o Serviço Social, na medida em que, como expõe CISNE e SANTOS (2018), contribuem de forma significativa com a análise em uma perspectiva de totalidade das relações sociais com as quais trabalhamos, dentre elas, as relações sociais de sexo compreendidas como estruturantes, imbricadas às relações sociais de raça e classe. As autoras ainda apontam para o fortalecimento dos processos de radicalização da democracia, ao se portar contra todas as formas de hierarquias e desigualdades; o compromisso com a igualdade entre os sexos e a luta contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceitos, como preconiza o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. Há ainda o compromisso com o público usuário, majoritariamente feminino e marcado, portanto, pelas violências do sistema heterocispatriarcal; o desvelamento crítico da opressão e exploração particular que pesa sobre as mulheres e, portanto, sobre as usuárias dos serviços. Esta orientação crítica da profissão possibilita o enfrentamento da “questão social” sem a reprodução de valores conservadores em torno das mulheres, diferentemente do período da institucionalização da profissão. Por fim, o desvelamento das relações sociais de sexo articulado à luta feminista, em torno da organização da categoria profissional, contribui para o processo de renovação do Serviço Social na ruptura com a subordinação e desprestígio de uma profissão “feminina”; a adoção de uma prática consonante com o movimento feminista, em prol da luta das mulheres.

Análise da coleta dos dados

Dissertações de Mestrado:

A análise dos dados, bem como sua organização, teve sua finalização no mês

de maio de 2022. Até esse momento, foi identificada, conforme nosso corte temporal (de 2010 a 2020), um total de 182 publicações, das quais 24 tratam de alguma maneira de questões relacionadas a feminismos e/ou sexualidades. Desse modo, pode-se afirmar que aproximadamente 13% das dissertações de Mestrado realizadas no PPGPS perpassam as temáticas de feminismos e sexualidades.

Ao analisar no repositório a quantidade de defesas de dissertações de Mestrado referentes às temáticas, conforme o gráfico abaixo, observa-se um maior quantitativo dessas produções nos anos de 2014, 2017 e 2019. Esse fato atribui-se, provavelmente, às repercussões dos momentos sócio-históricos que estavam sendo vivenciados, como os protestos de 2013⁵, o golpe contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, fatores esses que estimularam um aumento de produções críticas referentes às temáticas.

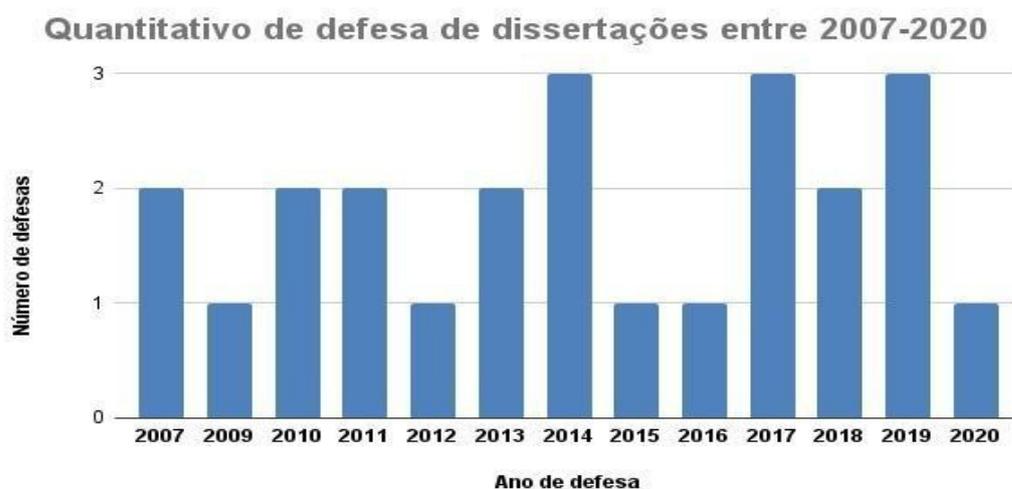
Destacamos os dois últimos momentos (impeachment da Presidente Dilma Rousseff e eleição de Jair Bolsonaro), pois nesse período surgiram muitos debates em torno das temáticas envolvendo pautas feministas, como as repercussões de violência e desigualdade de gênero escancaradas pela deposição da ex-Presidenta. E ainda o debate provocado pela ala conservadora apoiadora do Presidente Jair Bolsonaro sobre “ideologia de gênero”, que critica a pauta e a luta feminista com teor moralista e despolitizante, o que desencadeou projetos de lei como o conhecido por “cura gay”⁶.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de dissertações defendidas no período. Importante ressaltar que, mesmo tendo como referência as publicações dos anos de 2010 a 2020, optamos também por demonstrar os anos em que essas dissertações foram apresentadas às bancas, pois identificamos uma incompatibilidade entre “ano de defesa” e “ano de publicação”, por isso no gráfico constar os anos de 2007 e 2009, pois alguns desses trabalhos publicados foram apresentados (defendidos) antes de 2010.

Tabela 1 Quantitativo de defesa de dissertações entre 2007-2020.

⁵Para mais informações acessar: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em: 24/08/2022.

⁶Para mais informações acessar: <https://www.cartacapital.com.br/politica/na-camara-projeto-de-cura-gay-segue-tramitando/>. Acesso em: 24/08/2022.

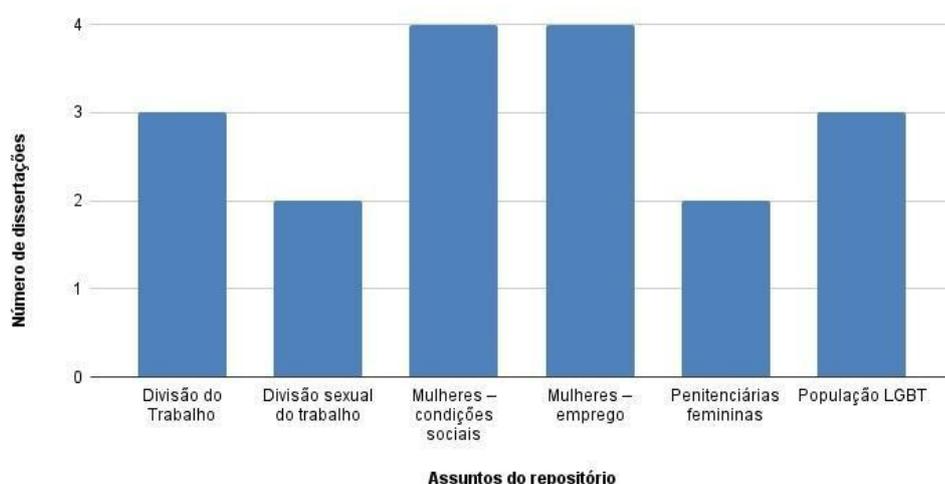


Ao observar o tópico “assuntos”, presente no repositório do PPGPS da UNB, nota-se que os temas mais mencionados dentro das 24 publicações de Mestrado selecionadas, foram: mulheres - condições sociais; mulheres - emprego; divisão do trabalho e população LGBT. Assim, percebe-se um maior número de dissertações que tratam das questões relacionadas ao gênero.

Outros assuntos do repositório estiveram mencionados apenas uma vez, por algumas das dissertações, estes foram: AIDS - mulheres; Assistência Social - mulheres; Direitos Previdenciários - mulheres; Discriminação; Discriminação de sexo no emprego; Diversidade; Estudos de gênero; Exploração sexual; Gravidez na adolescência; Igualdade - mulheres; Igualdade de gênero; Mulheres - política social; Mulheres nas profissões; Política familiar; Prisões - mulheres; Relações sociais de sexo; Sexualidade; Trabalhadora doméstica; Tráfico de drogas - mulheres; Tráfico de mulheres; Transexuais; Travestis; e Violência familiar.

Tabela 2 Quantitativo de produções de dissertações por assunto do repositório da UNB entre 2010-2020.

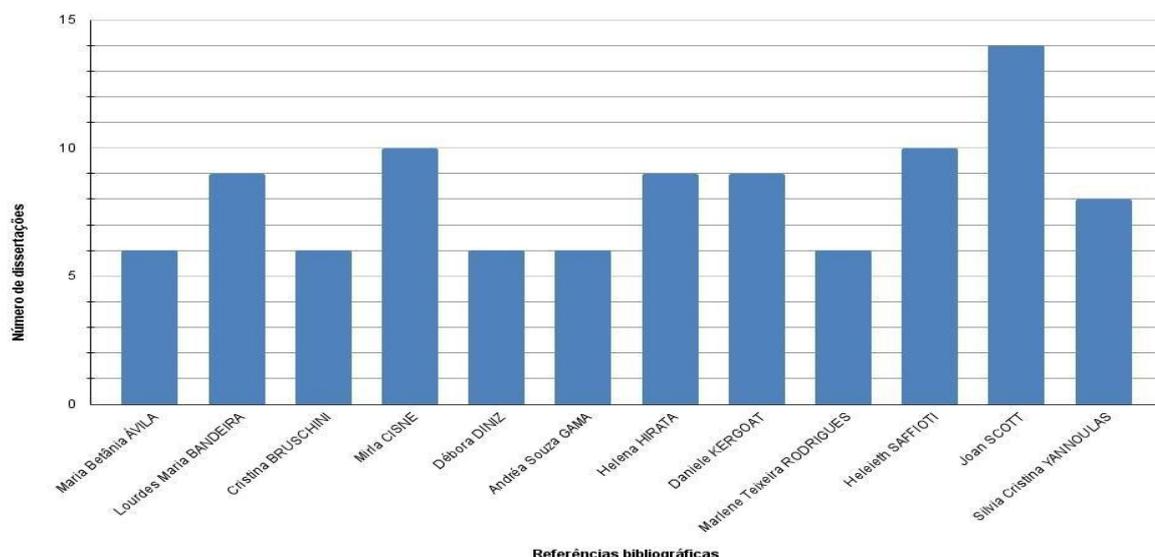
Quantitativo de produções de dissertações por assunto do repositório da UNB entre 2010-2020



Ao analisar as referências bibliográficas utilizadas nas produções relacionadas às temáticas, percebe-se que prevalece a perspectiva feminista marxista, devido ao alto número de utilizações de autoras como Daniele Kergoat e Helena Hirata, ambas mencionadas em 9 das 24 produções. Outras autoras que ganham destaque são: Joan Scott (14 dissertações), Kimberlé Crenshaw (10 dissertações), Heleieth Saffioti (10 dissertações), Maria Lourdes Bandeira (9 dissertações), Silvia Cristina Yannoulas (8 dissertações) e Maria Betânia Ávila; Cristina Bruschini; Débora Diniz; Andréa Souza Gama; Marlene Teixeira Rodrigues (cada uma em 6 dissertações).

Tabela 3 Quantitativo das referências bibliográficas utilizadas nas dissertações relacionadas à temática.

Quantitativo das referências bibliográficas utilizadas nas dissertações relacionadas à temática

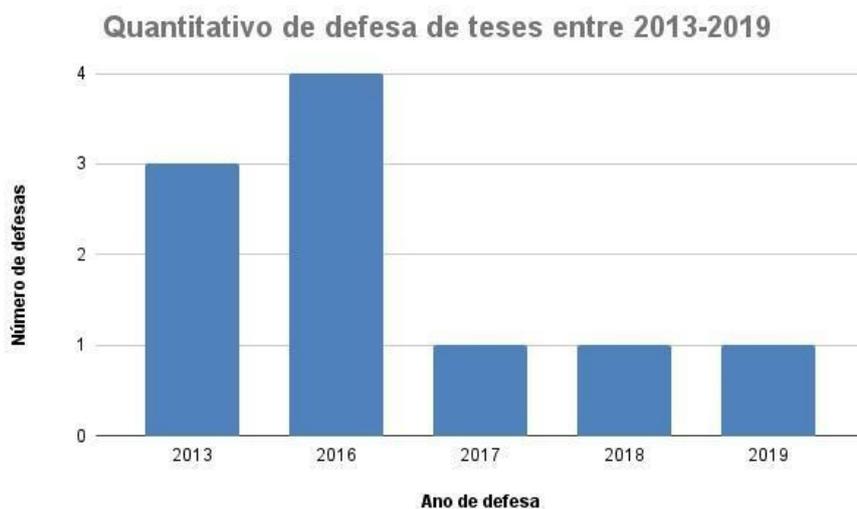


Em contraposição ao quadro de autoras mais citadas, percebe-se que tanto grandes nomes clássicos como Angela Davis e Bell Hooks, quanto autoras latino-americanas, como Maria Lugones, Lélia Gonzales e Carla Akotirene, são ainda pouco ou nada utilizadas como base teórica de conhecimento para essas dissertações de Mestrado. Esses dados ressaltam os desafios impostos pela hegemonia mundial à consolidação da valorização do pensamento de mulheres negras e/ou latino-americanas.

Teses de Doutorado:

Ao tratar das teses de doutorado analisadas, que também teve sua finalização no mês de maio de 2022, percebe-se que das 94 teses presentes no repositório, apenas 10 tratam de temáticas relacionadas a feminismos e/ou sexualidades, representando aproximadamente 11% do total. Ao analisar o quantitativo de teses defendidas no período analisado, percebe-se, conforme o gráfico abaixo, um aumento das teses nos períodos de 2013 e 2016, por razões já defendidas acima em relação aos Mestrados dessa mesma temporalidade.

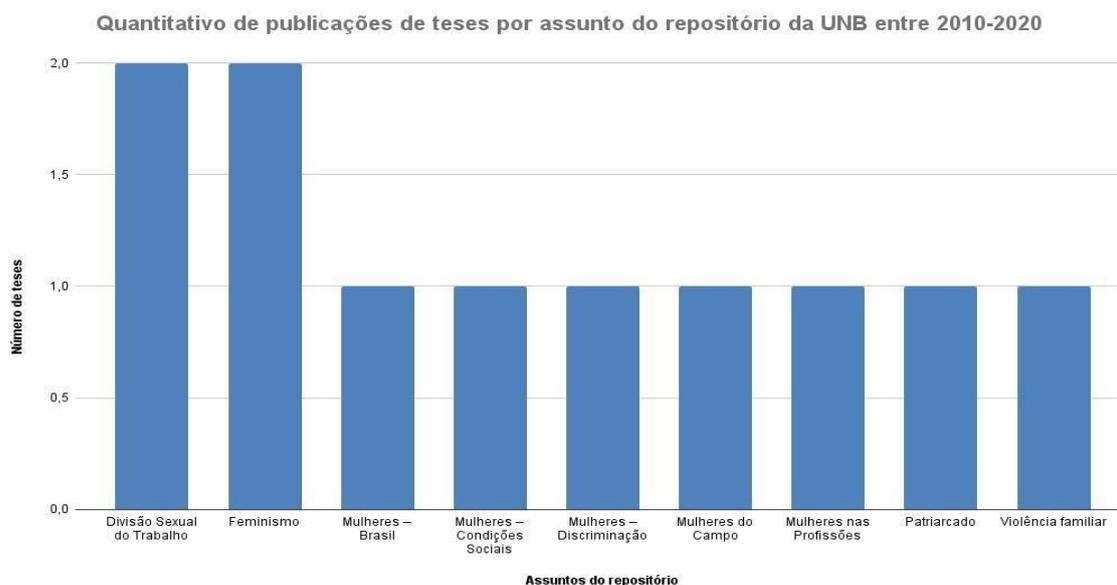
Tabela 4 Quantitativo de defesa de teses entre 2013-2019.



No entanto, não se observa um aumento no ano de 2018, esse fato deve-se, provavelmente, ao medo de tratar dessas temáticas imposto pela eleição de Jair Bolsonaro, como aconteceu recentemente com Fabíola Mendonça de Vasconcelos, doutora em Serviço Social pela UFPE, que teve sua tese premiada pelo CAPES censurada por tratar do Governo Bolsonaro de forma crítica⁷.

Tabela 5 Quantitativo de publicações de teses por assunto do repositório da UNB entre 2010-2020.

⁷Para mais informações acessar: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/tese-de-doutorado-premiada-sofre-censura-por-esmiucar-bolsonaro/>. Acesso em: 24/08/2022.

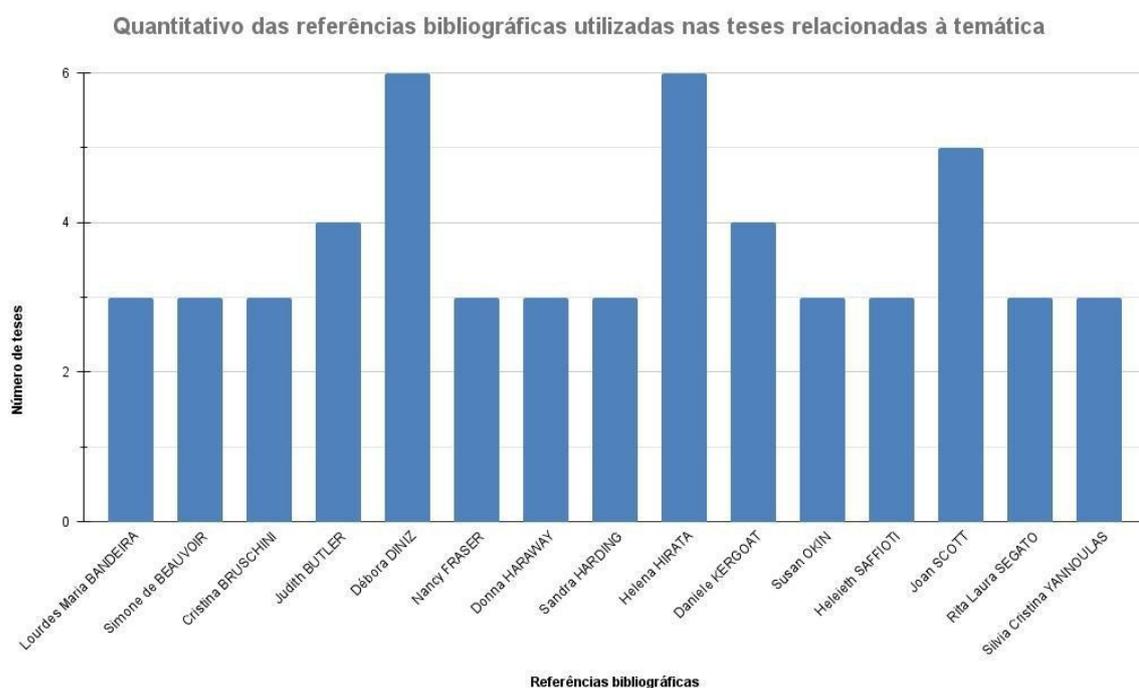


Em relação ao tópico "assuntos" relacionados às temáticas, presente no repositório da UNB, tem-se que os assuntos mais tratados foram questões referentes à divisão sexual do trabalho e feminismo. Percebe-se em relação às teses analisadas nessa temporalidade uma quase inexistência de temáticas que perpassam as questões relacionadas a sexualidades e/ou outras questões referentes à população LGBTI+.

Sobre as referências bibliográficas utilizadas para a realização das teses de doutorado, percebe-se, assim como no mestrado, o prevaletimento de uma visão feminista marxista, com Helena Hirata tendo sido mencionada em 6 de 10 teses. Assim como Débora Diniz⁸, a qual orientou 5 das teses 6 teses nas quais foi citada. Também ganha destaque Joan Scott, presente em 5 teses e Judith Butler e Daniele Kergoat, ambas em 4 teses. Um ponto relevante a diferenciar dessa tabela é o aparecimento de Rita Laura Segato em 3 teses. A autora argentina é antropóloga feminista que contribuiu com suas obras sobre as questões de gênero relacionadas aos povos indígenas e às comunidades latino-americanas.

Tabela 6 Quantitativo das referências bibliográficas utilizadas nas teses relacionadas à temática.

8A referida professora manteve vínculo de lotação junto ao Departamento de Serviço Social (SER/UnB) até setembro de 2014. Após esse período a professora foi redistribuída, por interesse próprio, para a Faculdade de Direito (FD/UnB), mantendo junto ao Programa de Pós Graduação em Política Social do SER apenas as orientações iniciadas neste programa.



3. CONCLUSÃO

Ampliar esses debates dentro dos Programas de Mestrado e Doutorado é tarefa difícil em meio a tanto conservadorismo e preconceito que permeiam o assunto. Assim como a universidade, os programas de pós-graduação sofrem constante perseguição conservadora, desfinanciamento e desregulamentação, o que influencia negativamente a difusão e o aprofundamento de debates feministas e/ou a respeito das sexualidades.

Em vias de conclusão, observou-se que as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UNB), ainda apresentam uma baixa representatividade das produções relacionadas às temáticas de feminismos e/ou sexualidades, representando 13% dos mestrados e 11% dos doutorados.

Destaca-se também uma maior representatividade das pesquisas

relacionadas às questões de gênero, mais especificamente às que perpassam questões relacionadas às mulheres, em detrimento às questões que perpassam a comunidade LGBTI+. Evidencia-se a preponderância de referências bibliográficas oriundas de mulheres, europeias, brancas e cisheteronormativas. Tal fato aponta para a necessidade de expansão de outras fontes de conhecimento, tais como as oriundas das populações originárias, da população negra e LGBTI+, além da importância da incorporação de um pensamento originário latino-americano e decoloniais, a fim de compreender melhor as especificidades que perpassam às questões relacionadas a feminismos e/ou sexualidades na América-Latina e no Brasil.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHETTI, Ana Luiza; NASCIMENTO, Isadora; PEIXOTO, Valdenízia. **Direitos sexuais e reprodutivos: uma análise das políticas sociais nos Governos Michel Temer (2016/2018) e Jair Bolsonaro (2019/2020)**. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social (4.: 2022: Londrina, PR - online).

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

GONÇALVES, R.; ABREU, S. 2018. **Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao “Machistério” de Temer**. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, pp. 753-771. Universidade Federal do Maranhão.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In.: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu / organizadoras: Verônica Ferreira...[et al.] – Recife: SOS Corpo, 2014.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil**. Em: Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

,